



## **INDUSTRIALIZAÇÃO EM FEIRA DE SANTANA-BA (2002-2010): PLANEJAMENTO TERRITORIAL E NEODESENVOLVIMENTISMO.**

**Hidelbergue Machado Santos**

Graduado em Geografia/UEFS; Bolsista de Iniciação Científica do CNPq.  
gutomaxado@hotmail.com

**Janio Santos**

Doutor em Geografia, Professor Titular/DCHF-UEFS;  
E-mail: janiosantos@yahoo.com.br

### **Resumo:**

Este artigo tem como cerne investigar as mudanças que ocorreram no processo de industrialização em Feira de Santana, no contexto do planejamento territorial entre 2002 a 2010. Portanto, tendo como referências as políticas implementadas pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT), na busca por evidenciar as contradições pautadas no projeto geopolítico do Estado, em relação ao planejamento regional, materializado em Feira de Santana, concebidas como neodesenvolvimentismo. Um novo olhar sobre o planejamento tem sido esboçado e o diagnóstico da investigação do CIS, mediante políticas de planejamento territorial no governo do PT, por um lado, evidencia novas lógicas de intervenções na realidade, cuja análise socioespacial passa a ser imprescindível para ações estratégicas.

Palavras-chave: Industrialização; Centro-Periferia; Planejamento Territorial;

### **1. Introdução**

Desde o advento da Revolução Industrial na Europa, a industrialização tornou-se um modelo desejado por diversos países. A indústria, como agente de progresso e superação do atraso, disseminou-se globalmente como uma verdade quase que inquestionável. O processo de industrialização foi moldando-se de acordo com o mercado, passando por diversas formas de organização do trabalho e da produção, o fordismo, taylorismo, acumulação flexível etc., sempre encontrando no sistema capital um meio de manter-se como significante setor produtor de riquezas.

No Brasil, isso não aconteceu de maneira tão diferente, salvo a periodicidade, pois o cenário industrial brasileiro da modernização se deu tardiamente, isso em relação



a alguns países centrais, tido como desenvolvidos, tais como Inglaterra e Alemanha, processo de modernização que Becker e Egler (1998) consideram como conservadora.

Freitas (1998) observa que a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) deu bases para implantar no Brasil um Plano Nacional de Desenvolvimento. Dentre outros aspectos, essa política se expressou no Nordeste por meio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que viabilizou planos e projetos. No tocante a Bahia, tais ideais permitiu a implantação, por exemplo, do Centro Industrial de Aratu (CIA); e do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), na Região Metropolitana de Salvador; e do Centro Industrial do Subaé (CIS), no interior do Estado, em Feira de Santana.

Ainda com base em Freitas (1998), entende-se que a implantação do CIS em Feira de Santana, em 1970, repercutiu nas esferas sociais, políticas e econômica, e mudou as concepções de crescimento (“desenvolvimento”) e geração de renda, sobretudo os discursos midiáticos do Estado e, posteriormente, incorporados, por meio de um discurso pautado no senso comum, às massas populares.

Tais argumentos tornam-se a razão de estudo do presente artigo, como uma tentativa de desmitificar realidades incorporadas, mas que, na verdade, não revelaram suas reais finalidades, as quais são orientadas e estruturadas segundo os interesses do Estado capitalista.

Dessa forma, este artigo tem como cerne investigar quais foram as mudanças que ocorreram no processo de industrialização em Feira de Santana, no contexto do planejamento territorial entre 2002 a 2010. Portanto, tem como referências as políticas implementadas pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT), na busca por evidenciar as contradições pautadas no projeto geopolítico do Estado, em relação ao planejamento regional, materializado em Feira de Santana-Ba, concebidas por Alves (2014) como um neodesenvolvimentismo.

A metodologia aplicada teve seus trabalhos sob a perspectiva quali/quantitativa, com análises de segmento que partem do geral para o particular e análises lineares; se utilizou de pesquisa exploratória e documental; pesquisa bibliográfica; observações



sistemáticas; e estudo de caso. Foram feitas pesquisas exploratória e documental, pesquisa bibliográfica, por meio de livros, periódicos e produções acadêmicas (teses, dissertações e monografias) para contextualização histórica do fenômeno industrialização no âmbito nacional, estadual e local. Foram feitas visitas de campo no CIS para registrar as indústrias que estão em funcionamento ou inativas. Ainda nessas visitas, foram feitas observações sistemáticas, com o intuito de melhor apreensão da realidade e posterior espacialização, por meio de mapas temáticos, tabelas e gráficos.

Investigou-se a situação da atividade industrial em Feira de Santana nos últimos 15 anos, buscando entender tal realidade. Isso, sem perder de vista a análise do Plano Diretor do CIS e das políticas dos PPAs, que se efetivaram em Feira de Santana, para posteriormente inferir as finalidades e intenções do Estado com essas políticas territoriais.

## **2. Industrialização recente e neodesenvolvimentismo: aportes teóricos**

O processo de produção do espaço sob análises da atividade industrial enquanto meio de produção alienante é assim concebida desde os princípios de Karl Marx. Inúmeros autores contribuíram com a temática, entre eles Carlos (1994), com a tese da (re)produção do espaço urbano; Castells (1987), com a Sociologia do espaço industrial; Santos (1979), com ao tratar do espaço nação ao espaço transnacionalizado; e Scarlato (2003), que trata da urbanização brasileira, aprofundaram essas reflexões com considerações importantes que elucidam o objeto deste artigo.

Essas e outras reflexões desdobraram-se também em processos expressos na Bahia. Diversos estudos evidenciam Feira de Santana e seu processo de industrialização, entre eles Poppino (1968), que analisou a configuração histórica de Feira de Santana; Freitas (1998), que investigou a influência da industrialização na urbanização; Cruz (1999), que analisou os processo de integração produtiva e a desconcentração econômica; Spinola (2003), discutindo a indústria e o desenvolvimento regional na Bahia; Silva (2010), que investigou a contribuição do CIS para urbanização do Tomba; entre outros. Observa-se que, em sua maioria, corroboram a ideia de que



Feira de Santana teve sua dinâmica espacial alterada com a implantação do CIS, em 1970.

Feita tais referências, não se pode esquecer também que o processo de produção social da humanidade é extenso, tenso e também complexo. Essa complexidade se corporificará em maior grau no período conhecido por meio de produção do capital. Pois, nesse momento, a técnica e a informação resultaram em uma produção alienante do homem ao seu próprio processo de produção. Carlos (1990, p.18) contribui com a discussão ao entender que “[...] o trabalho do operário se objetiva em um produto que não lhe é próprio”.

Com Marx (2001), o trabalho é aproximado ao conceito de mais-valia, permitido pelo assalariamento. Já Ianni (1992, p.32) defende que Marx apreende as dimensões políticas e econômicas do Estado, e o vê como burguês e também como uma expressão essencial das relações de produção específica do capitalismo. Para o mesmo, Marx mostra que em última instância, o Estado é um órgão da classe dominante.

Ao passo que para Marx o Estado capitalista resulta das divisões da sociedade em classes e instrumento para garantir a acumulação e reprodução do capital, Gramsci (1991) o entende como a própria sociedade organizada de forma soberana e como uma organização constituída de instituições complexas, públicas e privadas, que se articulam entre si, cujo papel histórico varia através das lutas e relações de grupos específicos e poderes, articulando-se pela busca da garantia da hegemonia dos seus interesses evidenciados no interminável paradoxo entre força e consenso. Em sua teoria “ampliada do Estado”, o autor ultrapassa a ideia do Estado apenas como representante da burguesia, como pretendia Marx e outros. Na concepção gramsciana, quem tem a hegemonia do aparato estatal deve se atentar a questão da legitimidade do governo, uma vez que nenhum poder se mantém só na sociedade política, mais também com a sociedade civil, sem que se perda de vista o constante paradoxo entre força e consenso.

Gramsci não nega que divisão social do trabalho gera o político, mas sinaliza uma autonomização do político frente ao econômico e enfatiza que nem sempre uma crise econômica produziria uma crise política. Dessa forma, percebe-se seu



favorecimento às estruturas conjunturais e chega até a inferir só ser possível entender essa autonomização do político na medida em que se compreende o conceito de bloco histórico e a distinção no Estado entre sociedade civil e política.

A grosso modo, pode-se fazer a seguinte síntese, com base em Gramsci (1979): Estado = sociedade política + sociedade civil, quer dizer, hegemonia revestida de coerção; ou, numa linguagem mais radical ainda, "[...] Estado, em seu significado integral, ditadura + hegemonia" (GRAMSCI, 1974, p. 172).

Apreender o Estado em suas nuances não é tarefa fácil, porém pretende-se entendê-lo tendo o Brasil como pano de fundo especificamente no período entre 2002 e 2010 do governo do PT. Para tanto, é necessário entender o neodesenvolvimentismo, suas contradições e conseqüências. Todavia, é possível indicar Alves (2014) que, com contundentes contribuições à temática, apresenta de maneira emblemática e distingue, heurísticamente, de um lado, governo e, de outro lado, Estado político do capital. Depois, caracteriza o Estado político em sua etapa desenvolvida como sendo constituído por um Estado restrito ou uma sociedade política, incluindo nessa dimensão restrita sua estrutura burocrática; e por um Estado ampliado ou sociedade civil e seu sociometabolismo.

Portanto, conceitos fundamentais desveladores à crítica dos limites e paradoxos do neodesenvolvimentismo, entendido com alinhamento pós-neoliberal que adota programas de crescimento da economia em meio ao aumento do gasto público e redistribuição de renda. Mas, que se distingue, por exemplo, dos governos neoliberais da década de 1990, embora mantenha o tripé macroeconômico neoliberal (metas de inflação, câmbio flexível e superávit primário). É desse contexto que pretende-se estudar o planejamento territorial no governo do PT (2002-2010), sabendo-se que, segundo Oliveira (1987), o planejamento em um sistema capitalista não é mais que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital, pois o autor defende que o planejamento é um padrão “planejado”:

Uma forma transformada do conflito social, e sua adoção pelo Estado em seu relacionamento com a sociedade é, antes de tudo, um indicador do grau de



tensão daquele conflito, envolvendo as diversas forças e os diversos agentes econômicos, sociais e políticos. (OLIVEIRA, 1987, p. 23).

É impossível compreender esse conflito sem refletir as contradições que emanam do conflito de classes. Na contra mão dos que entendem o espaço geográfico como um mero palco e tem por base um conjunto de atores, trabalhando na produção social, o presente investigação também apóia-se sob a compreensão de Carlos (1990 p.15):

O espaço geográfico deve ser concebido como um produto histórico e social das relações que se estabelecem entre a sociedade e o meio circundante. Essas relações são, antes de mais nada, relações de trabalho dentro do processo produtivo geral da sociedade. Nesse contexto, o homem tem um papel central na medida que é sujeito, cuja humanidade é construída ao longo do processo histórico, concomitante à reprodução de sua própria vida.

A autora recobra os ideais marxistas, traçando o raciocínio de que a sociedade inteira interfere na produção do espaço geográfico, todavia, os objetivos e as necessidades que prevalecem, são os da classe dominante. Nessa mesma perspectiva, Carlos (1990, p.29) lembra que, com a Revolução Industrial, mudou-se radicalmente as relações sociais “[...] baseadas agora no contrato entre o operário e o capitalista e numa organização diferenciada da produção tendo o trabalho socializado, como condição”.

A autora também vincula produção espacial ao processo de industrialização ao conceber que “A produção espacial será determinada pelo modo como a sociedade organiza sua existência”. E aprofunda a discussão respaldada em Paul Singer, que entende que “o processo de industrialização não consiste apenas numa mudança de técnicas de produção e numa diversificação maior de produtos, mas também numa profunda alteração da divisão do trabalho”. (Idem, p.47)

Historicamente, essas alterações desencadearam-se em diversos contextos, na segunda metade do século passado, e aconteceu por meio de uma reestruturação produtiva. Sobre esse processo, Harvey (2009) acrescenta que a mobilidade geográfica do capital e a consequente mobilidade do trabalho, bem como a descentralização, são características imprescindíveis no atual contexto da acumulação flexível do capital. Assim como a manutenção da sua tendência para o crescimento em valores reais



pautados na exploração do trabalho vivo no universo da produção, a partir de uma dinâmica tecnológica e organizacional.

### **3. Realidade apreendida sobre Feira de Santana**

Feira de Santana localiza-se a 108 km da capital do estado, destaca-se no interior da Bahia por uma localização privilegiada: proximidade a Região Metropolitana de Salvador (RMS), bem como a sua localização geográfica, configurando-se como o maior entreposto rodoviário do Norte-Nordeste. O município é o segundo centro urbano da Bahia, pois possui a segunda maior população do estado, com 556.642 habitantes, de acordo com o último Censo (IBGE, 2010). Sua pujança econômica é notada entre os municípios do interior, tendo o maior adensamento econômico, o que revela sua importância para as políticas de planejamento territorial e regional do Estado.

Essa posição de destaque foi intensificada com a implantação do Centro Industrial do Subaé, que, atualmente, encontra-se espacializado em três núcleos distintos: Polo CIS Tomba, próximo a BR 101; Polo CIS-BR 324, com acesso direto a capital do estado; e mais recentemente, com a expansão da atividade industrial no município, surgiu um terceiro polo, que fica localizado na BR-116 norte, porém com suas atividades pouco desenvolvidas. (Figura 1).

Essas mudanças indicam as contradições do planejamento territorial, no projeto geopolítico do Estado, e a realidade empírica da atividade industrial em Feira de Santana, a partir de 2002, pautando-se na dialética marxista, centrada na relação entre as classes. Dessas premissas serão analisadas as novas diretrizes do planejamento territorial, voltadas para o setor industrial e que foram e serão implementadas pelo Estado em Feira de Santana.

Sobre o período estudado notou-se que Feira de Santana tem sua dinâmica econômica amplamente concentrada no setor de serviços segundo publicações 2007 – Boletim do PIB Municipal- em 2006 os serviços compreendiam a valores em torno de 2.464 milhões o que correspondia a 4,86% na participação total do estado. Tal dado



confrontado com a realidade do setor industrial expressa a desproporção pois, a indústria em 2008 continha um expressão em valores de 889 milhões, dados colhidos em publicações da FIEB, (2011) sobre a interiorização da indústria, conforme Tabela 1

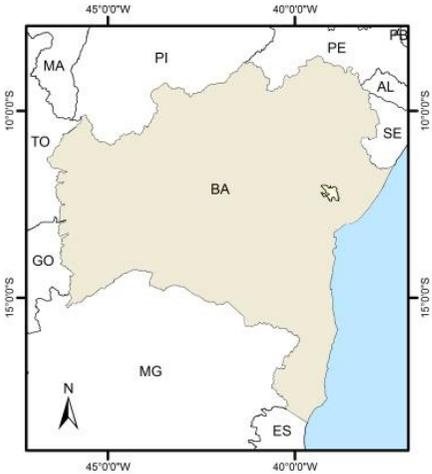
**Tabela 1 : INDICADORES ECONÔMICOS SELECIONADOS DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA**

Município	População <sup>(1)</sup>	PIB R\$ milhões) <sup>(2)</sup>	(em Ranking em relação ao PIB (2)	PIB per capita (em R\$) <sup>(2)</sup>	Valor Adicionado Indústria (em R\$ milhões) <sup>(2)</sup>	Número de Empresas industriais <sup>(3)</sup>	Número de Empregos industriais <sup>(3)</sup>
Feira de Santana	556.756	5.263	4	9.005	889	631	24.679
<b>Total da Bahia</b>	<b>14.021.432</b>	<b>121.508</b>	<b>-</b>	<b>7.787</b>	<b>29.530</b>	<b>5.403</b>	<b>323.625</b>
<b>Feira/Bahia (%)</b>	<b>4,0</b>	<b>4,3</b>	<b>-</b>	<b>115,6</b>	<b>3,0</b>	<b>11,7</b>	<b>7,6</b>

Fontes: (1) Censo IBGE 2010; (2) IBGE 2008 e (3) Guia Industrial da FIEB, acesso em 28/09/2010. Elaboração FIEB/SDI.

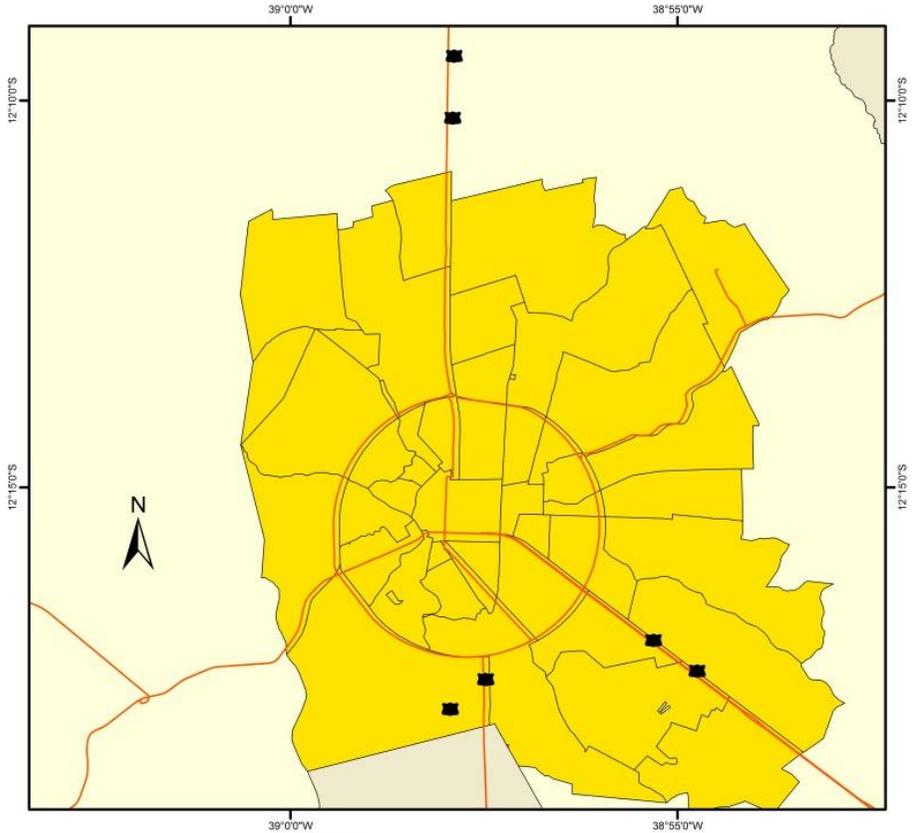


### Localização do município de Feira de Santana, Bahia



- 0 100 200 Km
- Limite Estadual
- Bahia
- Feira de Santana
- Oceano Atlântico

Fonte: SIG Bahia, 2003; IBGE, 2010  
 Sistema geográfico: Coordenadas geográficas Lat/Long  
 Sistema geodésico: SIRGAS, 2000  
 Elaborado por: Eduarda Lima; Hidelbergue Santos, 2015



- 0 2 4 Km

- Limite municipal
- Zona rural/Distritos
- Bairros
- Rodovias
- Pontos do Centro Industrial do Subaé



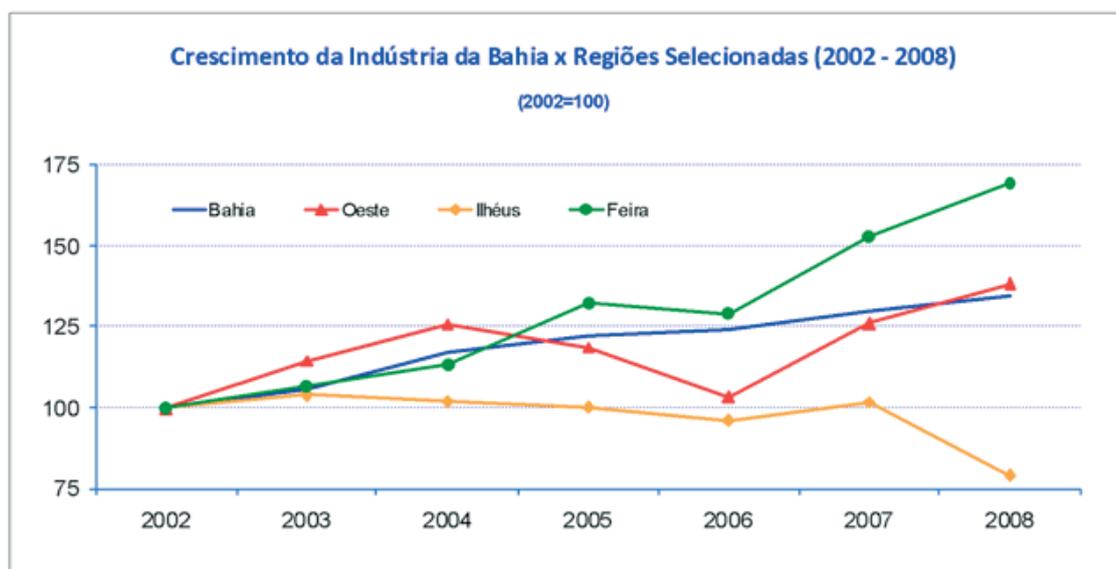
FIGURA 1 – Localização de Feira de Santana na Bahia e do Centro Industrial, com os três vetores, 2016.



Dessas publicações, nota-se que com um PIB da ordem de R\$ 5,3 bilhões (4ª posição no ranking da Bahia). O PIB *per capita* alcança R\$ 9 mil, sendo 15,6% superior à média do Estado da Bahia. Frente ao setor de serviços que é responsável por 78,7% do total da economia, o que demonstra a forte vocação do município, respondendo a indústria por 20,4% e a agropecuária praticamente inexistente (0,9%).

Com relação às empresas industriais em 2010 cadastradas pela FIEB eram de 631 com o emprego de 24.679 trabalhadores. O que caracteriza Feira de Santana como um município diverso em variedade de indústrias com 27 segmentos industriais, entre os quais se destacam: Construção Civil; Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico; Produtos Eletrônicos e Ópticos; Fabricação de Produtos Alimentícios e Fabricação de Artigos do Vestuário e Acessórios. Com relação ao crescimento industrial, pode-se analisar o mesmo no Gráfico 1:

Gráfico 1



Fonte: IBGE (2008), elaboração FIEB/SDI

Apreende-se um crescimento constante entre os anos de 2002 a 2008, havendo um aumento considerável a partir de 2006 e que parecem fornecer para o entendimento de que no município as políticas desenvolvidas por o governo do Partido dos



Trabalhadores tiveram resultados positivos na indústria local, entretanto estas ações precisam ainda de maior investigação, mas o crescimento é regular e positivo, incentivado por certo, devido a sua localização estratégica e pelo modelo das políticas de incentivos dos governos estadual e federal, especialmente as da Sudene.

Percebeu-se também que esse crescimento começa a ter limitações nos anos posteriores ao período de governo de Luíz Inácio, dado que precisa ser melhor investigado, pois sabe-se que em níveis mundiais a crise iniciada nos Estados Unidos no mercado imobiliário repercutirá globalmente nas finanças nacionais.

Segundo a FIEB (2015), Feira de Santana em número de empregados na Indústria de Transformação em 2013 decresce para 21.252 e em 2014 para 19.970 incluindo a Indústria de Transformação e Extrativa Mineral.

#### **4. Considerações finais**

Um olhar analítico da realidade sob o governo do PT e suas contradições emergentes do planejamento territorial, adotado em Feira de Santana, permite novas concepções sobre a situação atual do CIS, bem como sobre suas diretrizes. Assim, estudar esse processo de industrialização, por meio do viés socioespacial, permite uma nova perspectiva sobre a temática, tendo como base o contexto do governo do PT, e pode estabelecer novas estratégias para atuações, tanto na esfera do Estado, como da sociedade civil.

Acredita-se que o crescimento industrial em Feira de Santana adensa o crescimento econômico, porém o mesmo não diminui as desigualdades, preservando as bases capitalistas e contrariando até mesmo a proposta de neodesenvolvimentismo, ao que parece a mesma foi abortada ainda um pouco antes da crise de 2008, pois medidas estratégicas para manter o tripé macroeconômico neoliberal voltaram a oprimir a classe trabalhadora e que disseminou-se afetando não só a indústria, mas os diversos setores.

Assim um novo olhar sobre o planejamento tem sido esboçado na pesquisa do autor e um diagnóstico tendo como fito a investigação do CIS mediante políticas de planejamento territorial no governo do PT serão objetivadas em trabalhos posteriores.



Se, por um lado, o trabalho ora em evidência não pretende esgotar a discussão do objeto, por outro coloca-se como contribuição para a temática, Feira de Santana, a industrialização e o planejamento territorial.

## 5 Referências

ALVES, Giovanni. **Trabalho e neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Canal 6, 2014

BAHIA. **FIEB Superintendência de Desenvolvimento Industrial**: Gerência de Estudos Técnicos. Outubro de 2015.

\_\_\_\_\_. **FIEB Interiorização da Indústria**: Sistema FIEB, 2011.

\_\_\_\_\_. **SEI Boletim PIB municipal**, 2007. Disponível em <[WWW.sei.ba.gov.br](http://WWW.sei.ba.gov.br)> acesso em 04 05 2015.

BECKER, Bertha K.; EGLER, Cláudio A. G. **Brasil**: Uma nova potência regional na economia-mundo. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. (Coleção Geografia)

CARLOS, A. F. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Indústria**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1990

CASTELLS, M. **Sociologia Del Espacio Industrial**. Editorial: Syuso. Madrid, 1987.

CRUZ, R. C. da. **A inserção de Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e desconcentração econômica nacional**. 1999. 342f Tese (Doutorado em Economia)- Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 1999.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana**: influência da industrialização 1970-1996. 1998. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979

\_\_\_\_\_. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

\_\_\_\_\_. **Passado e presente**. Buenos Aires: Granica, 1974.



HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 18. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

IANNI, Octavio (Org.). **Marx: sociologia**. SP: Ática, 1992. (Grandes cientistas sociais, 10).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo2010/>>. Acesso: 05 Out. 2015.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 18ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia Para uma Re(li)gião**. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador: Itapuã, 1968.

SANTOS, Milton. Do espaço sem nação ao espaço transnacionalizado. In: RATTNER, H. **Brasil 1990: caminhos alternativos do desenvolvimento**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1979, p.143-161.

SCARLATO, Francisco Capuano. População e urbanização brasileira. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.). **Geografia do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

SILVA, Alex de Souza. **A influência do Centro Industrial do Subaé (CIS) no processo de urbanização do bairro do Tomba: um estudo de caso no município de Feira de Santana-Ba**. Dissertação (Mestrado) UNIFACS. Salvador, 2010.

SPINOLA, N. D.. **Política de Localização, Industrial e Desenvolvimento Regional: Experiência da Bahia**. Salvador: Editoração Eletrônica — CD HOME STUDIO, 2003.